

De caráter estrutural e sistêmico, a desigualdade racial no Brasil é inquestionável e persiste devido a fragilidade de políticas públicas para o seu enfrentamento. **De acordo com o IBGE enquanto os pretos e pardos representam 56% da nossa população, a proporção deste grupo entre todos os brasileiros abaixo da linha de pobreza é de 71%, já a fração de brancos é de 27%.**

**Quando olhamos os números de extrema pobreza, a discrepância quase triplica: 73% são negros e 25% brancos.** Nessa perspectiva, construir uma sociedade mais igualitária requer a compreensão do papel de cada estrutura socioeconômica na reprodução do racismo para elaborar estratégias efetivas de enfrentamento.

Na educação, essa desigualdade é evidente e o combate a ela é indispensável para qualquer mudança, de modo que sem uma educação efetivamente antirracista não é possível pensar em uma sociedade igualitária. Neste especial, você vai saber o que é desigualdade racial, seus aspectos históricos, como ela acontece na educação brasileira e vai conhecer políticas públicas e iniciativas de gestores escolares para enfrentá-la.

Na sociedade brasileira as diferenças sociais entre brancos e negros são nítidas no cotidiano. Além do aspecto econômico, no qual pessoas pretas e pardas (a combinação desses grupos forma a classificação negra, segundo o IBGE) são maioria entre as que possuem rendimentos mais baixos, a persistência de situações de maior vulnerabilidade, indicada por evidências nos campos da educação, saúde, moradia, entre outros, mostram evidente desequilíbrio na garantia de direitos em prejuízo para a população negra. É possível também observar a sub-representação entre líderes de equipes nas empresas, juízes e políticos.

### **O que dizem os dados**

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de analfabetismo entre pretos e pardos caiu em 2022 para o menor nível (7,4%) histórico desde 2016, mas ainda é mais do que o dobro da registrada entre brancos (3,4%). De 2019 para 2022, a taxa de analfabetismo entre as pessoas pretas ou pardas de

15 anos ou mais recuou de 8,2% para 7,4% no país. Foi a primeira vez que o indicador ficou abaixo de 8%.

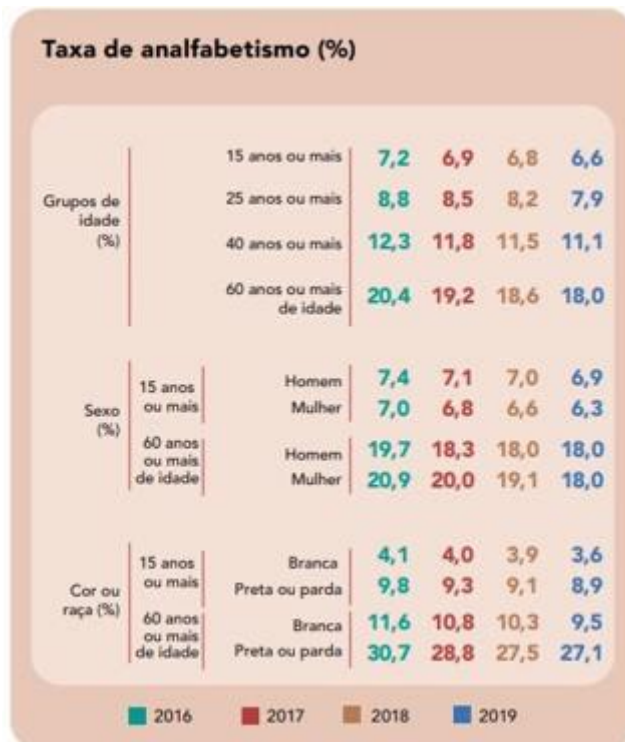


Gráfico representando jovens e adultos que não sabem ler nem escrever. Fonte: PNAD 2022 - IBGE - não houve este levantamento em 2020 e 2021 por causa da pandemia

O mesmo levantamento demonstra a desigualdade no acesso à educação. Em 2022, dos jovens de 14 a 29 anos fora da escola 70% eram negros e 28% brancos, índice que teve uma pequena variação na comparação com 2019, quando 71% dos jovens fora da escola eram negros, e apenas 27% destes brancos.

Em 2018 o estudo Desigualdades Sociais por Raça ou Cor no Brasil do IBGE, demonstrava uma queda no abandono escolar entre estudantes brancos e uma ligeira alta entre os negros.

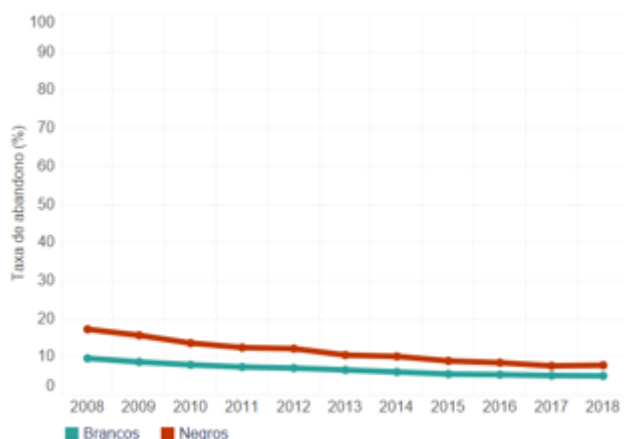


Gráfico representando a trajetória histórica do abandono. Fontes: Censo Escolar - Microdados da situação de final de ano letivo, (INEP)

A partir destes dados, o estudo Diagnóstico do abandono e da evasão escolar no Brasil do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social, aponta que as chances de um jovem preto ou pardo de 20 a 24 anos estar fora da escola sem ter concluído o ensino médio é 55% maior do que a de um jovem branco.

Durante a pandemia, sabemos que o índice de abandono escolar em toda a educação básica, que vinha em queda até 2019, voltou a subir principalmente no ensino médio, onde a taxa mais que dobrou de 2020 para 2021: passou de 1,8% para 5%, o que pode ter sido ainda mais pronunciado entre os estudantes negros.

Além do acesso à educação, a desigualdade racial tem efeitos sobre o direito à aprendizagem como demonstra um recente estudo realizado pelo Iede (Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional) a pedido da Fundação Lemann. A pesquisa demonstrou através de dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) que em todos os estados do país, tanto no 5º quanto no 9º ano, em todas as disciplinas avaliadas (Língua Portuguesa e Matemática) há diferenças consideráveis entre o percentual de estudantes negros e brancos que atingem índices adequados de aprendizagem. Os pesquisadores ainda dividiram as escolas pelo nível socioeconômico (NSE), e entre aquelas de mais alto NSE as desigualdades raciais se mantêm.

Ao serem avaliados em Matemática, entre os alunos de nível socioeconômico alto, 34,4% dos brancos têm aprendizado adequado, entre os pretos, 17,3% (diferença de 98,8%). Entre os de baixo NSE, 15,8% dos estudantes brancos possuem aprendizado adequado contra 8% (diferença de

98%) dos pretos. As disparidades raciais mesmo em contextos econômicos distintos. Dessa forma, não cabe confundir as desigualdades sociais com a exclusão sistêmica provocada pelo racismo que alija de maneira estrutural pessoas negras do acesso à direitos.

Ernesto Faria, diretor e fundador do lede, comentou sobre a pesquisa, salientando que são diversos os fatores que impedem que crianças e jovens negros tenham garantido o seu direito a aprendizagem: “Há pontos importantes ressaltados por nossa análise e também por vários outros estudos sobre o tema: o primeiro é que as desigualdades raciais não se devem apenas a fatores socioeconômicos. É preciso reconhecer com todas as letras que há sim racismo, há um preconceito incorporado em várias práticas educativas. (...) Os professores adotam atitudes que reforçam a desigualdade muitas vezes por pouca reflexão e não de forma intencional. É importante conscientizarmos os educadores dos problemas de nos basearmos em estereótipos nas ações do dia-a-dia e da importância de darmos valor às diferenças”

Assim, além de uma análise profunda dos dados, conhecer os aspectos históricos do Brasil é fundamental para compreender a origem e os motivos da perpetuação da desigualdade racial na educação do nosso país.

Última nação do ocidente a abolir a escravatura, o Brasil, entre o fim do século XIX e início do XX, não criou nenhuma condição para a inserção digna da população negra na sociedade. Ao contrário, diversas obras, políticas e instituições disseminaram a ideia de um país mestiço, no qual o convívio é harmonioso entre as diferentes raças.

Dessa maneira, o racismo estrutural foi sendo construído como processo histórico, que, segundo Pires e Silva, hoje funciona como: "uma espécie de sistema de convergência de interesses, fazendo com que o racismo, de um lado, implique a subalternização e destituição material e simbólica dos bens sociais que geram respeito e estima social aos negros – ciclo de desvantagens – e, de outro, coloque os brancos imersos em um sistema de privilégios assumido como natural, como norma." (PIRES e SILVA, p. 66)

Assim, **o conjunto de preconceitos direcionados à população negra encontra-se enraizado no inconsciente e na subjetividade de indivíduos e**

**instituições, se expressando em ações e atitudes discriminatórias regulares, mensuráveis e observáveis.**

Violência policial atingindo na grande maioria das vezes a população negra, maior número de vítimas de homicídios e todos os dados de desigualdade na educação já mencionados são alguns exemplos, permanecendo assim o racismo estrutural em diversos espaços da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, muitos avanços foram conquistados ao longo das últimas décadas a partir da luta histórica dos movimentos negros, que muitas vezes não é visibilizada devido ao mesmo racismo que ousa enfrentar. A professora Nilma Lino Gomes apontou: “Fica parecendo que no Brasil tudo acontece sem conflito, mas nós somos uma sociedade em ebulição. Isso tem sido mostrado nos últimos tempos, mesmo que se inspirando contraditoriamente na realidade estadunidense.”

Conforme apontou o antropólogo, professor da Universidade de São Paulo (USP), Kabengele Munanga, parte da mudança está na desconstrução do mito da superioridade branca e da inferioridade negra e ameríndia que atravessa todos os campos da educação, informação e imagem, reproduzidas cotidianamente e interiorizadas por toda a sociedade. De acordo com o antropólogo, é na educação principalmente que se constroem essas imagens estereotipadas e discriminatórias do sujeito e da população negra, de modo que apenas a prática educativa tem o poder de desconstruí-las: “Só a própria educação é capaz de desconstruir os monstros que criou e construir novos indivíduos que valorizem e convivam com as diferenças.”

### **O impacto do racismo no acesso à escola**

Esse racismo estrutural também segue presente nas instituições ligadas à educação. Atualmente, as escolas possuem marcas dessa história e os indicadores educacionais são reflexo de uma situação muito comum para os jovens negros: a de precisar buscar inserção no mercado de trabalho muito cedo, como forma de colaborar para a subsistência do grupo familiar.

Conforme a educadora e gestora da educação Macaé Evaristo, esse conflito entre o trabalho e a escola e, por consequência, a evasão escolar, é uma

das marcas da desigualdade racial no Brasil: “Os jovens ainda vivem muito um conflito entre educação e trabalho em que as condições de vida impõem a opção pelo trabalho. Precisamos investir em melhores condições de atendimento a essa população”, explica. Além disso, essa população é maioria nas escolas com menor estrutura, o que favorece a evasão e o baixo desempenho na aprendizagem. “Os jovens das comunidades mais vulneráveis têm acesso a escolas com infraestrutura mais precária, que no geral têm profissionais de educação sem a formação desejada nas áreas do currículo demandadas para o Ensino Médio”, conclui Macaé Evaristo.

Para a intelectual negra Sueli Carneiro, fundadora do Geledés - Instituto da Mulher Negra, o racismo estrutural presente nas escolas gera situações traumatizantes para os estudantes negros.

“O pós-abolição não restitui essa humanidade retirada - a escola reitera isso. Não é gratuito que nossas primeiras experiências com o racismo têm a ver com a entrada na escola”, afirma.

Diante de tudo isso, o abandono e o baixo desempenho na educação básica seguem muito mais altos para os estudantes negros, uma situação que ainda carece de políticas públicas efetivas, mas que vinha apresentando avanços, principalmente no âmbito legal, como a Lei 10639 de 2003.

Além dos pontos já abordados, a própria construção curricular das escolas favorece a manutenção da desigualdade. Ao longo da construção do sistema educacional brasileiro, a seleção e estruturação dos conteúdos escolares foi organizada por uma perspectiva eurocentrada, na qual a visão da população branca foi priorizada em detrimento das outras etnias e culturas. Assim, os negros, mais da metade da nossa população, não se veem representados nos conteúdos lecionados. “Quando uma cultura se impõe sobre a outra – como aconteceu no Brasil – é ela que fala. Há, portanto, um lugar de poder. Você forma crianças (brancas, negras, indígenas) para pensar o branco, o negro e o indígena de uma determinada forma. Você cria um imaginário, criado em crianças brancas, negras e indígenas que irão ocupar diferentes lugares sociais. A hierarquização irá acontecer, e ao final você tem violência e conflitos raciais. A escola tem um lugar determinante na construção do imaginário” explica a

pesquisadora Cida Bento, do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade.

Nessa perspectiva, a 10.639, de 2003, foi uma conquista importantíssima para adotar perspectivas mais democráticas e diversas. Construída a partir de inúmeras manifestações dos movimentos negros, **a lei estabeleceu a obrigatoriedade de conteúdos sobre a história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos da Educação Básica.**

Entretanto, um estudo realizado em 2022, pelo o instituto da mulher Negra aponta que 71% das Secretarias Municipais de Educação realizam pouca ou nenhuma ação estruturada para cumprir a Lei 10639. Os principais entraves mencionados são a dificuldade dos profissionais em transpor o ensino nos currículos e projetos das escolas, além da falta de informação e orientação suficientes. De todas as secretarias pesquisadas, 69% afirmam que a maioria ou boa parte das escolas realiza atividades relacionadas ao ensino de história e cultura africana e afro-brasileira apenas durante o mês ou Semana da Consciência Negra. Além disso, a maioria das secretarias municipais não acompanha indicadores de desempenho dos estudantes por raça.

A BNCC, oficializada em 2017 pelo Ministério da Educação, é uma orientadora curricular que prevê uma formação cidadã, inovadora, plural e multicultural, buscando ampliar as referências de mundo dos alunos. Ela traz cinco áreas de conhecimento e, além delas, introduz os Temas Contemporâneos Transversais, TCTs, como ferramentas para explicitar a ligação entre os diferentes componentes curriculares de forma integrada e para que os estudantes possam fazer conexões com situações vivenciadas em suas realidades. Os dados nos mostram que ainda há um grande caminho a ser percorrido, pois, sem uma avaliação que coloque a representatividade, o racismo, a diversidade e outros temas em debates alinhados com sujeitos historicamente excluídos, não colocaremos a discussão das relações étnico-raciais no centro do processo de construção curricular. E a escola pode continuar sendo apenas mais um espaço de reprodução de desigualdade racial na educação, inclusive a instigar situações e discussões violentas entre diferentes grupos raciais. Diferença de expectativas entre professores brancos e negros com o futuro de estudantes negros.

Fonte: Universidade John Hopkins

Enquanto isso, no Brasil, os estudantes de cursos superiores com maior número de matrículas, o de Pedagogia é em que aparece o maior número de estudantes pardos e pretos, que representam 47% dos alunos, em 2020, segundo o IBGE. Mesmo assim, ainda é fundamental que os gestores das escolas desenvolvam ações de preparação dos professores para explorar os temas previstos na Lei 10639, promover debates relacionados à diversidade cultural e saber como identificar e minimizar a ocorrência de situações de racismo.

O que é a desigualdade racial

Como é a desigualdade racial no Brasil?

Quais são as consequências do racismo?